



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000027-81.2024.6.22.8000

INTERESSADO: COMISSÃO DE CERIMONIAL

ASSUNTO: Dispensa de licitação tradicional - Contratação de serviço para fornecimento de arranjos florais.

**DESPACHO Nº 263 / 2024 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Comissão de Cerimonial com vistas à contratação de empresa especializada no fornecimento de arranjos florais para os eventos institucionais deste Tribunal ([1106481](#)).

A contratação pretendida tem o objetivo de atender demanda da comissão de cerimonial, consistentes na prestação de serviços de ornamentação para homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos.

Além disso, a unidade demandante justifica que, em que pese haver contratação para esta finalidade (Contrato n. 10/2023, evento n. [1018354](#)), cuja vigência expira em 08/08/2024, o valor remanescente no contrato não é suficiente para arcar com os custos das novas demandas previstas, havendo, assim, necessidade de nova contratação ([1116406](#)).

Para instrução dos autos, foram juntados os seguintes documentos:

- a) documento de formalização de demanda ([1106485](#));
- b) estudo técnico preliminar ([1116406](#));



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação - ICVEC ([1116660](#));

d) termo de referência ([1127072](#));

d) cotação de preços ([1116301](#), [1116306](#), [1116308](#), [1116309](#), [1116311](#), [1116315](#));

e) proposta da empresa GUIOMAR APARECIDA LEITE ([1116309](#)), inscrita no CNPJ sob o n. 21.184.573/0001-92, ofertante do menor preço de R\$ 50.790,00 (cinquenta mil setecentos e noventa reais), a qual comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração ([1116362](#), [1123280](#) e [1127832](#)).

O Secretário da SAOFC, mediante os Despachos n. 11/2024 ([1106680](#)) e n. 241/2024 ([1118044](#)), autorizou a adoção de dispensa tradicional para a presente contratação, remetendo o feito à SAC, para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação; à COFC, para programação orçamentária; à SECONT, para elaboração de minuta de instrumento contratual; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico.

A SAC, após análise formal, concluiu pela regularidade dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, os quais encontram-se em consonância com as normas gerais estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021 ([1127593](#)).

A SPOF, em atendimento ao Despacho n. 342/2024 ([1128357](#)), formalizou a programação orçamentária, registrando que a despesa pretendida está adequada e compatível à LOA, PPA e LDO ([1129768](#)).

A SECONT elaborou a minuta de contrato ([1130588](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após análise, concluiu pela conformidade do instrumento às regras da Lei n. 14.133/2021. Ademais, opinou pela adequação legal dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022; pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação tradicional, do objeto especificado no TR, diretamente com a empresa vencedora da cotação de preços, a qual também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública; pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Contudo, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1131014](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação e dispensa de licitação e manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação; regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([1116660](#)); contratação direta da empresa por dispensa de licitação, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei. n. 14.133/2021; e publicação do ato de dispensa no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, bem como a divulgação do ato autorizativo e demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, com a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ([1131039](#)).

Posteriormente, foi juntado o comprovante de inscrição da empresa que se pretende contratar no cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), evento n. [1132193](#), em atenção ao disposto no item 29 do Parecer Jurídico n. 35/2024 - AJSAOFC ([1131014](#)).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral.

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

No caso em tela, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas, a saber: a) documento de formalização da demanda ([1106485](#)); b) termo de referência ([1127072](#)); e c) informação conclusiva do valor estimado da contratação direta ([1116660](#)). A AJSAOFC concluiu pela adequação legal dos documentos.

O caso em apreço não busca a realização de um certame de maior complexidade. Com efeito, trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação, em razão do valor. Para hipóteses como essa, a referida Lei assim dispõe:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;"

Em análise, denota-se que a unidade demandante utilizou a via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021). Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A esse respeito, a jurisprudência do TCU é firme ao indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

A versão final da ICVEC foi juntada ao processo no evento n. [1116660](#) e demonstra que a cotação de preços foi expedida e recebeu retorno de seis empresas do ramo pertinente ao objeto, sagrando-se vencedora a empresa Guiomar Aparecida Leite, pelo valor de R\$ 50.790,00 (cinquenta mil setecentos e noventa reais). As certidões de regularidade foram juntadas ao processo ([1116362](#), [1123280](#) e [1127832](#)).

Por esse motivo, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor), a referida contratação pode ser enquadrada na situação de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), na forma do Decreto n. 11.871/2023.

No tocante ao fracionamento de despesa, verifica-se pelo quadro juntado no evento n. ([1092346](#)), no bojo do PSEI 0000533-91.2023.6.22.8000, não haver indicação de qualquer outra aquisição no exercício corrente dos serviços de organização, ornamentação e buffet para eventos em geral - classificação registrada no demonstrativo da fonte orçamentária da despesa, item 12.1 do TR. Em que pese se referir ao exercício passado 2023, o documento NÃO indica qualquer outra contratação no exercício corrente de 2024.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Com relação ao termo de referência, verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade, consoante o item 30 do Parecer Jurídico n. 35/2024 ([1131014](#)).

Com relação ao instrumento contratual, tem-se como indispensável a celebração de contrato para regular a relação entre as partes, a qual se dará ao longo do tempo com obrigações futuras recíprocas. A contratação pretendida está dimensionada para o período de 12 (doze) meses, da última assinatura das partes contratantes, com possibilidade de prorrogação, nos termos do artigo 107 da Lei n. 14.133/2021, exigindo, desta forma, o instrumento contratual, nos termos da jurisprudência da Corte de Contas e da legislação em vigor.

Cabe observar que, como relatado acima, existe contratação vigente para o objeto que se pretende contratar, nos termos do Contrato n. 10/2023, evento n. [1018354](#), aditado em 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial, mediante o Termo Aditivo n. 1/2023 ([1101025](#)). Todavia, a unidade demandante esclareceu que o valor remanescente do contrato é insuficiente para arcar com os custos das novas demandas previstas. Assim, tem-se como justificada a contratação que se pretende efetivar.

Desta feita, deverá ser providenciada a extinção do Contrato n. 10/2023 ([1018354](#)), considerando o esgotamento contratual, em razão de não se admitir a coexistência de dois contratos para o mesmo objeto.

Registra-se que o contrato a ser extinto foi celebrado com a empresa ofertante do menor preço para o objeto especificado no TR ([1127072](#)), de modo que não se vislumbra prejuízo à contratada.

Diante do exposto, considerando a necessidade da contratação, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

a) aprovo o Documento de Formalização de Demanda (DFD) ([1106485](#)) e o Termo de Referência n. 6/2024 - CERIMONIAL ([1127072](#)), bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento, uma vez que possuem os



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022;

b) aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento n. [1116660](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

c) autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação tradicional, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021;

d) adjudico o objeto à empresa Guiomar Aparecida Leite, inscrita no CNPJ sob o n. 21.184.573/0001-92, e autorizo a emissão de nota de empenho no valor de R\$ 50.790,00 (cinquenta mil setecentos e noventa reais) em seu favor, **com efeitos a partir de 25/03/2024**;

e) determino divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando expresso no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022; e

f) determino a adoção de providências para a extinção do Contrato n. 10/2023 ([1018354](#)), após demonstrado o exaurimento contratual por execução integral do valor estimado do contrato, **com efeitos a partir de 25/03/2024**.

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a) Geral - Em Substituição, em 11/03/2024, às 16:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1131647** e o código CRC **EBA95F76**.